

# ONG denuncia madeireiras asiáticas

*Relatório que Greenpeace apresenta hoje em comissão da Câmara aponta vários estragos que empresas fazem na Amazônia*

Warner Bento Filho  
Da equipe do Correio

Um festival de demandas, contrabando e desmatamento ilegal é o recheio do relatório da organização não-governamental (ONG) ambientalista Greenpeace sobre a atuação das madeireiras asiáticas no mundo. O texto, acompanhado de um vídeo, será apresentado hoje às 10h aos depu-

tados da comissão da Câmara dos Deputados que estuda a atuação das madeireiras estrangeiras.

No relatório, de 56 páginas, o Greenpeace estuda a atuação das empresas em vários países da Ásia — entre eles Malásia, Suriname e Camboja — e na Guiana. Em todos a presença das madeireiras implicou em devastação ambiental e em grandes custos sociais.

Com a exaustão das florestas tro-

picais em países como a Malásia e a Indonésia — que dominam o mercado internacional de madeira — as empresas passaram a procurar novas fontes de extração, entre elas a Floresta Amazônica.

“Várias madeireiras asiáticas têm uma ligação familiar ou política muito próxima com altos escalões de governo nos seus países de origem”, diz um trecho do relatório.

“Ao visitar a Melanésia, na primavera de 1996, uma importante delegação da Malásia, incluindo o ministro das Indústrias Primárias, Lim Keng Yaik, reforçou as pressões das madeireiras malaias para que os impostos florestais e as tarifas de exportação melanésias fossem re-

duzidos e que medidas restringindo as exportações não fossem adotadas. Este fato contraria a política da própria Malásia, onde a exportação de toras está sendo banida ou reduzida e as taxas e impostos foram elevados”, lê-se no documento.

Segundo informações do Banco Central, só de janeiro a junho de 1996 estas empresas investiram US\$ 320 milhões na Amazônia. Existe ainda a possibilidade de que os asiáticos tenham investimentos também no Pará.

## LARANJAS

Segundo técnicos do Ministério do Meio Ambiente, a tática das empresas asiáticas consiste em tomar o

controle acionário de empresas falidas e usar os empresários brasileiros como laranjas.

“As madeireiras asiáticas podem ter impacto significativo na Floresta Amazônica, mudando para sempre a composição econômica, social e ecológica da região. Ao abrir o coração da Amazônia para o desmatamento em larga escala, o governo brasileiro arrisca acelerar as taxas de desflorestamento e a perder a sua já frágil capacidade política de assegurar controle adequado”, diz um trecho do relatório.

O deputado Gilney Viana (PT-MT), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara e coordenador da comissão que estuda a

atuação das madeireiras asiáticas, diz que um dos objetivos do grupo é mudar a lei para restringir a ação das empresas.

Conforme dados do relatório, porém, a legislação avançada não é suficiente para barrar os estragos. É preciso ter estrutura para controlar.

O Greenpeace recomenda ao governo que faça auditoria nas madeireiras “para evitar que os piores vilões do setor florestal tenham acesso aos recursos florestais brasileiros”.

Também sugere que o Brasil imponha critérios mais severos para avaliar os impactos ambientais, econômicos e sociais da atuação dos asiáticos na Amazônia.

## ANÁLISE DA NOTÍCIA

### EXPORTANDO A DESTRUIÇÃO

*Tanto o governo quanto os parlamentares e as entidades ambientalistas brasileiras querem se prevenir da ação dos malaios na Amazônia. Não é para menos.*

*Por onde passaram, deixaram um rastro de destruição e miséria. É o que mostra o relatório preparado pelo Greenpeace.*

*Extinguiram as reservas florestais de seus países de origem justamente por tratá-las como um garimpo, de onde só se tira — sem repor — até que não haja nada mais para aproveitar. Depois, passa-se para nova área.*

*De galho em galho, as empresas deram com os costados no Brasil, onde se encontra grande parte das reservas florestais tropicais, já*

*quase inexistentes na Malásia e Indonésia.*

*Desde que se começou a falar na presença dos asiáticos no Brasil, no ano passado, o governo tratou de controlar cada passo deles no País. Exército, Receita Federal, Banco Central e Polícia Federal foram alguns dos órgãos que passaram a perseguir os calcanhares dos empresários.*

*O controle rígido, no entanto, é dificultado pela prática das empresas de atuarem com empresários brasileiros que servem de laranjas para facilitar o acesso dos asiáticos às reservas florestais do país.*

*A presença destas empresas na Amazônia, pelo histórico que têm,*

*não será nada vantajosa para o Brasil. O governo, no entanto, se encontra entre a cruz e a espada.*

*Por um lado, sabe que é importante investir no desenvolvimento sustentado da Amazônia e pretende abrir concessões para exploração de florestas nacionais, com o objetivo de organizar o setor madeireiro.*

*Por outro, sabe que isto também pode provocar devastação e saque à biodiversidade da Amazônia.*

*O aumento da participação brasileira no mercado internacional de madeira, que hoje não passa de 5%, parece inevitável. O governo tem interesse no assunto. Mas não está disposto a pagar qualquer preço por isso. (WBF)*

## Só 400 delas são legalizadas

As madeireiras asiáticas vêm investindo na Guiana há pelo menos cinco anos, em produção de madeira para construção, em atividades de serraria e marcenaria.

De um total de aproximadamente 2.400 serrarias, no máximo 400 funcionam legalmente, segundo dados do relatório do Greenpeace.

Os baixos impostos e royalties no país fazem com que a atividade das empresas estrangeiras contribuam pouco para a economia. Conforme o estudo do grupo ambientalista, as taxas não passam de 2% dos custos totais de produção e exportação, e permitem arrecadar apenas 0,01% do valor de exportação de uma das madeiras mais comuns na Guiana.

Um consórcio formado pela empresa malasiana Samling e pela sul-coreana Sunkyoung tem o direito de exploração de nada menos de 1,69 milhão de hectares no nordeste da Guiana, área equivalente a três vezes o Distrito Federal.

A licença vale por 25 anos, renováveis por outros 25, com isenção fiscal de 5 anos, também renováveis por igual período. A isenção vale para impostos de renda, sobre empresas, retidos, sobre consumo e sobre propriedade, enfim, sobre toda a cadeia produtiva. (WBF)